

# Juventude em foco: de “novo” a participação social na roupagem do capital social / *Youth in focus: “new” social participation in the garb of social capital*

ANA CRISTINA DE OLIVEIRA OLIVEIRA\*

CARLOS SOARES BARBOSA\*\*

VÂNIA CARDOSO DA MOTTA\*\*\*

**Resumo:** Este artigo incorpora estudos e pesquisas que estão sendo realizados em nível de doutorado e discutidos no âmbito de um grupo de pesquisa que abrange os campos da assistência social e da educação. Seu recorte traz a discussão das atuais políticas educacionais voltadas para a juventude brasileira, predominantemente articuladas com as políticas sociais. Os autores apresentam essa articulação associada ao projeto societário “novo-desenvolvimentista” do atual governo Lula, sem, contudo, considerar uma especificidade, mas um movimento amplo e externo voltado para atribuir uma face mais humana ao capitalismo e operar condições favoráveis à acumulação do capital na virada do milênio – estabilidade econômica e política. Aborda a discussão sobre a compreensão da “nova questão social”, os encaminhamentos de política pública dos governos de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva e de políticas educacionais voltadas para jovens considerados em situação de “vulnerabilidade social” ou “situação de risco social”.

**Palavras-chave:** Políticas educacional e social. Capitalismo dependente. Novo-desenvolvimentismo. Capital social. Participação social.

**Abstract:** This article incorporates studies and researches that have been conducted at a doctorate level and already discussed by a research group that covers the field of social work and education. Its indenture

---

\* Professora Assistente da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal dos Vales de Jequitinhonha e Mucuri. Doutoranda em Serviço Social pela Faculdade de Serviço Social/UERJ. Mestre em Ciências pela Escola Nacional de Saúde Pública/Fiocruz.

\*\* Historiador, graduado pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Mestre em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e doutorando no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana/ UERJ.

\*\*\* Professora Adjunta da Faculdade de Educação da UFRJ. Professora Colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana da UERJ. Pesquisadora IPEA-CAPES. Doutora em Serviço Social (UERJ) e Mestre em Educação (UFF).

brings the discussion of the current educational policies aimed at the Brazilian youth, predominantly articulated to social policies. The authors present this link associated to the “new developmentist” societal project of Lula’s current government without, however, considering it a specificity, but a broad and external movement aimed to assign a more human face to the capitalism and to operate favorable conditions to capital accumulation in the turn of the millennium - economic and political stability. It also examines the discussion about the “new social question” understanding, the leadings of Fernando Henrique Cardoso and Lula da Silva governments’ addressed to public policies and also to educational policies aimed at young people in “social vulnerable” or “at social risk” situation .

**Keywords:** Educational and social policies. Dependent capitalism. New-developmentalism. Social capital. Social participation.

## Introdução

A questão da juventude tem sido considerada o tema de maior relevância no mundo. A juventude de hoje tem sofrido as consequências de uma “vida provisória e em suspenso” (Gaudêncio Frigotto), embora em intensidades diferenciadas, conforme país e classe social. A ideia de um futuro melhor vislumbrada nas juventudes e que sustentava a esperança da maioria da população, principalmente dos “condenados pelo sistema” (Florestan Fernandes) se “desmancha no ar” (Karl Marx). No entanto, sua força rebelde ainda é presente e tem sido motivo de preocupações.

A Organização das Nações Unidas (ONU) realizou junto com suas unidades, em agosto de 2010, no México<sup>1</sup>, a Conferência Mundial da Juventude. Na América Latina e Caribe uma série de pré-conferências foram realizadas no mesmo período, com o objetivo de proporcionar o intercâmbio de informações entre governos, organizações sociais e parlamentares sobre a temática,

<sup>1</sup> <http://www.un.org/esa/socdev/unyin/agenda.htm>

além de avaliar, em termos regionais, os avanços relativos às Metas do Milênio.<sup>2</sup> No Brasil, a ênfase à questão da juventude pode ser expressa pela criação da Secretaria Nacional de Juventude, da Secretaria Geral da Presidência da República.

No âmbito deste artigo, objetivamos apontar, de modo geral, as definições e encaminhamentos da política educacional no atual governo federal voltados para a juventude trabalhadora, enfatizando elementos que traduzem novas determinações e expressões dos atuais contextos políticos internacional e local e que se refletem nas definições de enfrentamento da questão educacional articulada com políticas sociais.

Num primeiro momento, vamos trazer a discussão sobre “questão social” que se apresenta com uma roupagem aparentemente nova, sem considerar sua essência que permanece mediatizada pela produção/reprodução nitidamente desigual; num segundo instante, os encaminhamentos de políticas públicas dos governos de Fernando Henrique Cardoso e de Luiz Inácio Lula da Silva, num debate sobre continuidade e ruptura, e, por último, tomaremos as políticas educacionais voltadas para jovens considerados em situação de “vulnerabilidade social” ou “situação de risco social”.

## **O “novo” como o velho: o pensamento conservador às espreitas**

As transformações no mundo do trabalho no contexto da mundialização do capital e as implicações sobre “questão social” assumem expressões particulares no avanço de sua “vocação de internacionalizar a produção e os mercados”, aprofundando a desigualdade entre países “e, no seu interior, entre classes e grupos sociais no âmago das relações dialéticas entre imperialismo e

<sup>2</sup> [http://www.juventude.gov.br/arquivos/pre\\_conferencia\\_idiomas.pdf](http://www.juventude.gov.br/arquivos/pre_conferencia_idiomas.pdf)

dependência” (IAMAMOTO, 2008, p. 118). Tais expressões têm sido analisadas por alguns autores como fenômenos “novos”; específicos deste contexto.

Compreendida como o conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, a “questão social”<sup>3</sup>, “consistente em um complexo problemático muito amplo, irreduzível à sua manifestação imediata como pauperismo” (NETTO, 2001, p. 43-46), é impensável sem a intermediação do Estado, indissociável das configurações pelo *trabalho* e encontra-se necessariamente situada em uma arena de disputas entre projetos societários, informados por distintos interesses de classes e frações de classes, acerca de concepções e propostas para a condução das políticas econômicas e sociais (IAMAMOTO, 2004; 2008).

Nessa abordagem analítica, o regime capitalista é tanto um processo de produção das condições materiais da vida humana, quanto um processo que desenvolve relações sociais – histórico-econômicas – de produção específica. Em sua dinâmica, produz e reproduz seus expoentes: suas condições materiais de existência, as relações sociais contraditórias e as formas sociais através das quais se expressam (NETTO, 2001).

A fim de clarear o debate em torno do que de fato é “novo”, recuperamos a tese de Marx, explorada por Netto (2004) e Iamamoto (2004), sobre a análise da questão social no capitalismo contemporâneo – à luz do materialismo histórico-dialético.

Conforme sinalizado por esses autores, o crescimento da força de trabalho disponível é impulsionado pela força expansiva do capital – “lei geral da acumulação capitalista” – que se revela na órbita capitalista às avessas: no fato de que parcela da população trabalhadora sempre cresce mais rapidamente do que a

---

<sup>3</sup> Historicamente, tratada sob o ângulo do poder, foi vista como ameaça – em especial, pelo protagonismo da classe operária à ordem instituída.

necessidade de seu emprego para os fins de valorização do capital (MARX, 1983). Gera, assim, uma acumulação da miséria relativa à acumulação do capital, encontrando-se aí a raiz da produção/reprodução da questão social na sociedade capitalista.

Na perspectiva sociológica conservadora, a questão social é tida enquanto “disfunção” ou “ameaça” à ordem e à coesão social de um determinado bloco histórico. Portanto, no final do século XIX, a eclosão da questão social referiu-se às disfunções da sociedade industrial emergente e na atualidade é apresentada como uma “nova questão social”, resultante da “inadaptação dos antigos métodos de gestão do social”, produto da crise do “Estado Providência” (ROSANVALLON, 1997), cujo enfrentamento se resolve reduzindo-se a uma gestão mais humanizada e eficaz dos problemas sociais.

Iamamoto (2004 e 2008) nos elucida sobre esse tema, configurando um cenário de armadilhas e de reciclagem com a evocação do passado, quando se concebe a questão social dissociada de sua gênese comum – na sua dimensão de totalidade. Nesse sentido, a retomada das discussões sobre questão social apresenta-se com uma roupagem aparentemente “nova”, mas que, na essência nitidamente desigual, mantém-se mediatizada pela produção/reprodução do capitalismo.

A abordagem da emergência de uma “nova questão social”, hoje, situa-se no questionamento da função integradora do trabalho na sociedade, considerando que a questão social na primeira metade do século XIX é descrita, predominantemente, sob a forma de pauperismo e como ameaça à coesão social. Essa ameaça, segundo Castel (1998 e 2007), é afastada na contemporaneidade porque esse primeiro proletariado miserável e subversivo passou a ser uma classe operária relativamente integrada.

Castel (2007), tomando a experiência francesa, explícita que na atual sociedade salarial a maioria dos sujeitos sociais tem sua

inserção social relacionada ao lugar que ocupa no salariado, ou seja, não somente sua renda, mas também seu *status*, sua proteção, sua identidade. E justifica, então, que justamente a situação do trabalho sem proteção é que faz nascer o novo *status* do trabalho na sociedade salarial e que continua fortemente hierarquizada, substituindo a estabilidade do emprego como regime dominante da organização do trabalho pela instabilidade no emprego. Aqui está o desafio mais grave hoje, sobrepondo ao desemprego, convocado como uma espécie de choque que atravessa o conjunto da sociedade salarial e que a desestabiliza.

Nessa perspectiva, conceitos como “vulnerabilidade”, “pertencimento social”, “coesão social”, “exclusão social” e “risco social” emergem e vêm ganhando espaço no debate acadêmico quando se discute questão social, considerando a precarização do trabalho hoje, ou ainda, as formas sociais desiguais que afetam principalmente os trabalhadores. No entanto, não se trata de uma problemática de expressão, mas de formas de enfrentamento da questão social na atualidade: pela via da naturalização do ordenamento capitalista e das desigualdades sociais como inevitáveis, daí somente amenizar situações “extremas”; ou do retrocesso no dilatamento ideológico da responsabilidade individual, pressupondo que a verdadeira mudança está no interior ou no comportamento do indivíduo, daí a educação exercer papel fundamental.

As formas de encaminhamento de política social estão no cerne da polêmica sobre a centralidade do trabalho, na relação entre trabalho e produção, na sociedade capitalista contemporânea e sobre a desmistificação do “novo”. Entretanto, duas versões apresentam-se predominantes. A primeira circunscreve-se no perfil do trabalhador, sucumbindo à subjetividade por apontar a perda da centralidade do trabalho assalariado, supondo rever uma identidade forjada no e pelo trabalho. Considera o trabalho ultrapassado e que

estaria em desaparecimento, com o fim da sociedade salarial. Nega o caráter coletivo de classe, quando direciona o objetivo final na subjetividade, na transformação pessoal de cada indivíduo, para se adaptar às novas situações e não de supressão do sistema.

A segunda, na versão casteliana, considera a centralidade trabalho nos tempos atuais, isto é, na continuidade da ruptura entre trabalho e produção, no pior cenário, e na “remercantilização” completa do trabalho. Não apenas numa sociedade de mercado, mas numa sociedade que se torna mercado; inteiramente atravessada pelas leis do mercado, como o triunfo da globalização. Vemos, aqui, claramente que a escola de regulação reconhece a implacabilidade das leis mercantis, mas no seu reduto estima as proteções sociais construídas pelo Estado, garantidas por lei. Nessa concepção, “se o Estado se retira, há risco do quase vazio, da anomia generalizada do mercado, pois este não comporta nenhum dos elementos necessários à coesão social, muito pelo contrário, funciona pela concorrência, ‘não faz sociedade’” (CASTEL, 2007, p. 257). Acredita que essa é a razão pela qual as sociedades salariais de tipo ocidental são mais frágeis, pois considera que sua coesão depende fortemente dessas proteções. Tal perspectiva analítica situa o nó da questão social no enfraquecimento do suporte salarial; não se encontra restrito apenas ao salário, mas às proteções ligadas ao trabalho. Daí a procura de alternativas ao campo clássico do emprego assalariado.

As apropriações no debate acadêmico sobre o “novo”, regadas da abordagem sociológica no limite da regulação do Estado, reconhecem, em alguns casos, a centralidade do trabalho, porém, não a da produção. Assim, a relação entre capital e trabalho acaba sendo analisada como novas formas societárias.

As novas determinações no mundo do trabalho não permitem ao conjunto de trabalhadores muitas saídas. Segundo Castel (2007), os trabalhadores:

[...] encontram-se perdidos, quer dizer, desmembrados dos conjuntos coletivos, das regulações coletivas de proteção e de direito do trabalho. Passam, então, a ser indivíduos isolados de seus antigos pertencimentos quando se considera que as pessoas que se encontram nessa situação são, com frequência, jovens que até pouco tempo atrás não estariam expostos a essa situação, diferenciando-se das sociedades industriais. (CASTEL, 2007, p. 251-252)

As situações de incertezas, insegurança, provisoriedade em relação à vida e ao futuro, sobretudo de exacerbação do individualismo e do caráter jovem da questão, são fatos que não escapam aos olhos dos observadores sociais. Entretanto, não é algo “novo”. Nesse sentido, consideramos que o esforço para se construir novas definições representa o incômodo no tratamento da questão social como um fenômeno “novo” – já que a questão social é constitutiva da dinâmica do capital e do tratamento na relação entre a acumulação do capital e seus impactos na força viva de trabalho.

O enfrentamento da questão social, na atual conjuntura, vem se realizando com vários ajustes de política social, visando a “amenizar” as mazelas sociais decorrentes das novas determinações como a intensificação do desemprego estrutural, o agravamento da pobreza e das desigualdades. Dos governos de Cardoso até os de Lula tem predominado a opção de políticas focadas e compensatórias como forma de intervenção estatal.

Desde então, as reformulações na educação nos marcos da contrarreforma do Estado introduzem mecanismos que diluem as fronteiras entre o público e o privado, visando a viabilizar novos campos de lucratividade ao capital. Tal processo, relacionado ao movimento expansionista do capital desde os anos 1970 – em direção aos fartos mercados de consumo que formam os países de capitalismo dependente –, implementou uma série de políticas públicas voltadas para a privatização dos setores produtivos e lucrativos estatais e a terceirização das atividades

de responsabilidade do Estado. Entretanto, há controvérsias em relação às formas de encaminhamento político entre os dois governos – ruptura ou continuidade?

### **Cardoso e Lula: ruptura ou continuidade?**

Vasta literatura tem evidenciado as consequências ocasionadas aos trabalhadores com a adoção no Brasil da agenda neoliberal ao longo da década de 1990, sobretudo no governo de Cardoso (1995-2002), e sobre a contrarreforma do Estado operada pelo, então, ministro da Administração Pública e Reforma do Estado, Bresser Pereira.

Associada e articulada às orientações dos organismos internacionais, a reforma educacional brasileira no governo Cardoso foi um mecanismo privilegiado para difundir os valores e culturas da nova sociabilidade burguesa, voltados para o acirramento da competitividade, empregabilidade, desenvolvimento de competências e habilidades necessárias ao novo padrão flexível de acumulação; para garantir a governabilidade, nucleando pobreza-segurança, através da ampliação do acesso ao ensino fundamental e políticas sociais focalizadas de transferência de renda; desmantelando direitos sociais conquistados; ampliando e abrindo o setor educacional ao mercado comercial, principalmente o ensino superior; sucateando e privatizando as instituições de ensino superior públicas, através da diversificação do financiamento; precarizando e desqualificando o ensino e o trabalho docente; introduzindo um modelo de gestão empresarial.

Desde então, realizam-se políticas educacionais e sociais voltadas para amenizar o impacto da reestruturação produtiva, considerada como uma “nova questão social”, e aliviar a “velha” pobreza, herança de um passado escravocrata e colonial e de uma posição na geopolítica do tipo capitalismo dependente.

A eleição de Lula como presidente do Brasil, em 2002, e a afirmação do Partido dos Trabalhadores (PT) como a maior e mais representativa força política do país fez com que as expectativas de mudanças ressurgissem, principalmente pelos compromissos expressos em seu programa político e pela simbologia da sua trajetória e vitória associada às causas populares, dos trabalhadores e dos movimentos sociais progressistas em um período marcado pelo refluxo mundial da esquerda. Percorridos os primeiros anos do novo governo, para alguns intelectuais e setores da população as expectativas foram dando lugar às frustrações. O privilegiamento das alianças feitas com setores empresariais e políticos conservadores durante o primeiro mandato não possibilitou uma ação mais efetiva do Estado em prol dos interesses das classes trabalhadoras.

Uma prática metodológica recorrente do pensamento crítico nas análises sobre o governo Lula tem sido a realização de comparações com o governo de Cardoso. Embora importante, consideramos que não podemos analisar os dois mandatos do governo Lula em uma perspectiva homogênea nem tampouco promover reflexões dicotômicas (continuidades e/ou rupturas) sobre as políticas públicas, sem correr o risco de perder o movimento da realidade histórica concreta. Há muito de continuidade, mas também há a incorporação de novos elementos, o que faz da contradição uma característica marcante do atual governo.

Segundo alguns autores, ao longo dos governos Lula constata-se duas orientações de política pública: neoliberal e “novo-desenvolvimentista”.<sup>4</sup> Para Sader e Garcia (2010), na primeira fase primaram os elementos de continuidade ao governo de Cardoso, quando se manteve o receituário do *Consenso de*

---

<sup>4</sup> Tendência que vem crescendo entre economistas, tanto ligados à social democracia como ao social-liberalismo (PEREIRA, 2002), sejam aliados do Partido Socialista Brasileiro (PSB) sejam do Partido dos Trabalhadores (PT), que se apresenta como alternativa ao neoliberalismo.

*Washington* de rígido ajuste fiscal como forma de enfrentar a dura situação econômica em que se encontrava o país. O que viria a ser redefinida a partir de 2005, considerada a segunda fase, após o pagamento da dívida externa junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e o acirramento gerado pelo impasse entre os rumos da política econômica adotada até aquele momento e os compromissos sociais do PT. Barbosa e Sousa (2010) vão indicar que, a partir do final de 2005, porém, a visão “novo-desenvolvimentista” foi se fortalecendo dentro do governo, principalmente pelas condições favoráveis em relação à dívida externa e o indicativo de crescimento econômico, o que apontou para a possibilidade de introduzir políticas de geração de emprego e renda. O que se verifica, por conseguinte, segundo esses autores, é uma série de medidas com vistas à aceleração do desenvolvimento social, tais como a elevação substancial do salário mínimo, a reestruturação de carreiras e salários de servidores públicos e o aumento do investimento público em programas sociais e de infraestrutura.

A discussão da temática “novo-desenvolvimentismo” é ampla e complexa; exige a retomada da clássica e controversa discussão sobre as teorias da dependência e do desenvolvimento. Dando destaque à tese do ex-presidente e sociólogo Cardoso – “Dependência e desenvolvimento na América Latina”, mais tarde, desenvolvimento associado –, recordamos que o autor defendia que a condição de dependência externa não impedia o desenvolvimento do país, mas que, no entanto, ele só se realizaria com a forte presença do Estado, tendo em vista a herança escravocrata e a profunda desigualdade.

Nesse sentido, a abertura dos mercados e outros mecanismos introduzidos em seu governo para atrair capital estrangeiro e investimento externo não foram contraditórios. Diante dessa tese, da manutenção dos condicionantes históricos estruturais da

dependência associada (exportar produtos de baixo valor agregado, importar os de maior valor agregado, remessa de excedentes e, ainda que não tão volumosa, dívida externa) (CARCANHOLO, 2009, p. 254) e frente à defesa do projeto novo-desenvolvimentista da atual equipe econômica do governo Lula, mantidas as bases de uma política econômica altamente excludente, que aprofunda a subordinação dos países de capitalismo dependente aos critérios econômicos internacionais, entendemos que a retomada de tal discussão é fundamental.

Dessa forma, é importante pontuar que a tentativa de analisar os dois governos (e mesmo as especificidades do projeto novo-desenvolvimentista) não deve ser realizada fora da dinâmica política internacional e das orientações de políticas dos organismos internacionais, dada a sua forte influência na definição de políticas públicas. A passagem do governo de Cardoso para o de Lula situa-se num período de crise de hegemonia do neoliberalismo e de busca de uma saída pela “terceira via”, que teve como marco o encontro da “Cúpula do Milênio da Organização das Nações Unidas”, realizado em Nova York, em 2000. Nesse encontro, foi acordado um “pacto global de combate à pobreza” que contou com a participação de chefes de Estado e de governo, inclusive do Brasil, e definido um conjunto de políticas voltadas para o “desenvolvimento do milênio”. As metas estabelecidas nesse acordo tomam como base estratégica de intervenção social a “teoria do capital social” de Putnam (2002) – formação de redes de solidariedade, incentivo ao associativismo, participação social, formação da cultura cívica –, cujo investimento tem sido insistentemente recomendado como recurso potencial de desenvolvimento econômico e social, voltado para um projeto nacional de desenvolvimento sustentável e local. Tal concepção sobre investir no capital social se faz presente também na proposta da terceira via formulada por Giddens (2005), que indica a conciliação dos interesses de grupos plurais, o trabalho voluntário, a auto-organização e o envolvimento das

populações com as questões ligadas às suas localidades, além de defender a reconstrução do Estado seguindo os moldes da gerência empresarial, considerada mais criativa em relação às tomadas de decisão frente aos riscos.<sup>5</sup>

Kliksberg (2002) explica que durante algumas décadas o “pêndulo” esteve situado na ideia de um Estado planejador e executor do desenvolvimento nacional, mas que, na prática, este Estado não obteve êxitos. Depois o “pêndulo girou na direção oposta, para aquela que postulava a necessidade de um ‘Estado mínimo’”, mas também sem apresentar resultados favoráveis ao desenvolvimento. E que “veremos um período de reconstrução centrado numa cabal concepção de Estado, na correta classe de cooperação entre o governo, a força trabalhista e o empresariado” (p. 44-45) voltado para o “desenvolvimento sustentável”. Um tipo de desenvolvimento econômico, social e politicamente estável, isto é, não somente ligado à questão ambiental, mas à estabilidade econômica e política.

Na perspectiva do “capital social”, cabe às organizações da sociedade civil a função de formar redes solidárias para atenuar os efeitos das políticas econômicas neoliberais e a ineficiência gestora do Estado, o que requer a construção de uma sociedade harmônica e coesa para a qual se faz necessário um tipo de educação e de participação da sociedade civil que contribua com a transmissão de valores de solidariedade, cooperatividade e civismo (MOTTA, 2008) em prol do desenvolvimento social e econômico da comunidade local e, conseqüentemente, do bem-estar coletivo. Para Chossudovsky (1999), o “dogma neoliberal” criou seu próprio “contra-paradigma”, incorporando um discurso altamente moral

<sup>5</sup> A concepção de “desenvolvimento sustentável” difundida está relacionada à boa governança; incorpora ideias de democracia participativa e insere a busca de um equilíbrio entre um Estado “planejador” e um Estado “mínimo”, apresentando-se pelos neologismos: “Estado articulador” (CARDOSO, 2010), “Estado gerencial” (PEREIRA, 2002), “Estado inteligente” (GIDDENS, 2005) ou “Estado ativo” (BIRD, 2000).

e ético, que se concentra no ‘desenvolvimento sustentável’ e na diminuição da pobreza” (p. 34). Uma “contra-ideologia” que “se desenvolve paralelamente e em harmonia [...] e não em oposição a ele” (idem).

Não há como negar o atrelamento das políticas sociais e educacionais brasileiras às orientações das agências multilaterais. As políticas públicas continuam tendo seus contornos definidos por essas agências e apoiadas por frações da sociedade e, na atualidade, tais orientações apresentam-se articuladas e focadas na juventude. Suas bases ideológicas, além de pregar a continuidade do investimento no capital humano como mecanismo de empregabilidade<sup>6</sup>, na virada do milênio ou como “política de desenvolvimento do milênio”, passam a integrar elementos do “capital social”.

Em especial, o fomento à participação social dos diversos setores da sociedade civil, a partir dos anos 2000, tem sido uma das orientações como recurso fundamental para a redução da desigualdade social e da pobreza. Para o Banco Mundial (BIRD, 2004), por exemplo, “o governo precisa investir nas pessoas e empoderá-las, especialmente as de baixa renda” (p. 5), isto é, “criar mecanismos de incentivo à voz e participação” (idem). Variável da noção de capital social, a participação “política” e associativa, sobretudo em ações comunitárias, tem sido enfaticamente difundida na América Latina, por diversos autores, como estratégia necessária para o fortalecimento das instituições políticas, do Estado e da democracia, vistos como condição de crescimento e desenvolvimento econômico.

A revisão da literatura tem nos demonstrado que a questão da participação e do associativismo se fez presente nos estudos

---

<sup>6</sup> Bases de legitimação das políticas dos anos 1960-70, como forma de integração ao projeto nacional-desenvolvimentista, e reajustadas, nos anos 1990, como forma de empregabilidade e de desenvolvimento de competências e habilidades.

do campo do Serviço Social e da Sociologia vinculada, sobretudo, ao período desenvolvimentista pós-guerra fria – como práticas educativas de integração do indivíduo e do povo nos processos de promoção social com vistas à união de todos, técnicos e povo, para o “progresso da nação” –, e nos anos 1970 e 1980 como uma estratégia fundamental para a superação da marginalidade social e do subdesenvolvimento. De fundo, nos dois momentos a questão da educação está presente pelo exíguo grau de instrução de estratos majoritários da população, seja pela condição de atraso, seja mediante o regime de exceção vivido no Brasil nos anos 1960-80. Tal impossibilidade de participação social e política já se apresentava como motivo de preocupação de agências internacionais, como a ONU (AMMANN, 1980), mas como uma disfuncionalidade sistêmica que poderia acarretar tensões (LEHER, 1998).

Em pesquisa realizada na metade da década de 1970, Ammann (1980) destaca que as formas de participação social revelaram-se ineficazes em termos de contribuição real nos processos decisivos e decisórios da sociedade, assumindo assim um caráter paliativo, mediatizado pela aparente participação na esfera local e pela não participação no nível macrossocial. Assumiam, assim, um caráter ideológico, ocultando e justificando a não participação ao canalizar as atenções dos indivíduos para ativismos imediatistas que lhes são apresentados como participação, “para que deixem de reivindicar uma participação real na orientação e determinação dos destinos da nação”, ou seja, “na configuração das estruturas sociais e de suas mudanças” (p. 125).<sup>7</sup>

---

<sup>7</sup> Apesar de as técnicas de participação e mobilização popular de “Desenvolvimento de Comunidade”, aplicadas em 1950-60, tenderem a uma “verdadeira manipulação ideológica sobre as necessidades (materiais e subjetivas) das classes subalternas”, atribuindo as mudanças as demandas da própria comunidade (ABREU, 2002, p. 117), elas também possibilitaram a criação da Educação Libertadora de Paulo Freire, de movimentos reivindicatórios e a recriação de mecanismos já existentes, como as associações de moradores numa perspectiva crítica.

É importante destacar que os dois governos de Cardoso e de Lula estão situados nesses momentos de adequação da política neoliberal para a “social-liberal”. Com isso, é possível constatar que vários ajustes foram realizados na tentativa de atribuir uma “face mais humana ao capitalismo”, contudo, a base da contrarreforma do Estado foi mantida – a relação público-privada nas suas várias dimensões de privatização e de mercadorização dos serviços públicos e de despolitização da mediação entre Estado e sociedade civil. No âmbito da política educacional, considerando a relevância do tema juventude em nível mundial e o contexto político do governo brasileiro voltado para a retomada do desenvolvimento do país – nas bases do “novo-desenvolvimentismo” –, interessa-nos apontar como estão sendo encaminhadas as políticas de educação para os nossos jovens brasileiros no contexto da retórica voltada para um futuro de pleno desenvolvimento econômico e social.

## **O governo Lula e a gestão das políticas educacionais e sociais: avanços e limites**

Historicamente, a educação básica de jovens e adultos (EJA) tem sido marcada pela falta de compromisso político por parte do poder público. Tomando como base análises das políticas públicas nos últimos anos, percebemos que as reformas educacionais implementadas na década de 1990 complementaram o movimento de reforçar a EJA como uma educação de segunda classe. Haja vista sua caracterização pela nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96) como uma modalidade de educação paralela à educação elementar comum e a sua não inclusão na abrangência do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF).

Autores apontam que tais reformas são explicadas através da congruência das políticas públicas educacionais com as recomendações do Banco Mundial, o que gerou graves

consequências, como a crescente desresponsabilização do Estado na oferta da educação para pessoas jovens e adultas. Ao compartilhar da visão do Banco de que é infértil educar jovens e adultos das camadas mais pobres no mundo “globalizado e competitivo”, no sentido de assegurar uma sólida formação científico-cultural, o que se percebeu foi um esvaziamento no Ministério da Educação na área da escolarização desse grupo, deslocando uma parcela do atendimento para o Ministério do Trabalho e Emprego, para a esfera privada por meio de parcerias entre o setor público e o setor privado.

O mesmo ocorreu com a oferta de educação profissional. As políticas públicas de educação profissional do governo de Cardoso priorizaram a quantidade da oferta sobre a sua qualidade. O Decreto nº 2.208/97 teve como principal mudança a ruptura entre Ensino Médio e a educação profissional que, a partir de então, seguiram em trajetórias separadas, com ampliação das ofertas de cursos profissionalizantes, porém, de curta duração. Esvaziaram o caráter formativo mais amplo utilizando-se da retórica da inclusão imediata dos jovens trabalhadores no mundo do trabalho mais complexo, visando a elevar o nível de escolaridade dessa população e desenvolver competências e habilidades como condição necessária ao ingresso na suposta “sociedade do conhecimento” e na ideologia da empregabilidade.

Alguns estudos têm demonstrado que foram poucas as mudanças de encaminhamento político-educacional entre os governos Cardoso e Lula.

Com relação à educação profissional, Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005) mostraram a frustração com a edição do Decreto nº 5.154/04 que, embora revogasse o Decreto nº 2.208/97 e tivesse avançado conceitualmente em relação ao ensino integrado, na verdade não o fez, uma vez que não incorporou o conceito de formação integrada inscrito na Lei de Diretrizes e Bases da

Educação Nacional, no artigo 36. O Programa Escola de Fábrica, criado em 2005, e outras medidas tomadas pelo Ministério da Educação comprovaram que a política de integração do ensino médio e profissional não seria prioridade do novo governo.

Kuenzer (2006) ao investigar as políticas de qualificação profissional destinadas aos trabalhadores de baixa escolaridade durante o primeiro governo Lula concluiu que elas continuavam sendo processadas mediante programas focais e contingenciais conforme a época do Plano Nacional de Qualificação dos Trabalhadores, vigente durante o governo Cardoso. Isto é, uma formação precarizada para trabalhadores precarizados, predominantemente de curta duração, que resultava em mera oportunidade de certificação, não assegurava nem a inclusão, nem a permanência no mercado de trabalho. Isto sem considerar o fomento à ideologia do capital humano e da empregabilidade, como constatou Barbosa (2007). Para Leher (2005), isso é explicável ao identificarmos a coalizão de classes na qual o governo de Lula está assentado (formada pelo setor financeiro, do agronegócio e exportação de *commodities*), coalizão esta que não tem interesse na formação massiva para o trabalho complexo.<sup>8</sup>

Em relação às políticas de financiamento da educação básica o que se verificou foi o não cumprimento das propostas do projeto de campanha de 2002 – “Uma Escola do Tamanho do Brasil” – que garantia 7% do PIB a serem investidos na educação (SAVIANI, 2007). Segundo Saviani, havia a esperança de o governo de Lula resgatar o “Plano Nacional da Educação (PNE) da sociedade civil” que tinha sido descartado por manobras governistas; neste foi definido que o percentual de investimento na educação deveria ser de 10% do PIB, a ser realizado num prazo

---

<sup>8</sup> Leher também faz referência ao Movimento Todos pela Educação. Este “movimento”, que foi criado em 2006 por um seletto grupo de empresários e banqueiros, tem o apoio de organismos econômicos internacionais, fundações, organizações da sociedade civil e especialistas da educação ligados aos “braços sociais” de grandes empresas.

de dez anos. No entanto, o governo Lula não só não resgatou o “PNE da sociedade civil” como desconsiderou o PNE (2001) aprovado que, com todo o histórico controverso, previa 7% do PIB a serem alcançados em 2010.

Uma vez eleito, o governo Lula manteve os mesmos 3,5% do Produto Interno Bruto (PIB) em nome dos *superávits*, desconsiderando até a recomendação da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura (UNESCO) de 6,5%. Atualmente, a taxa de investimento e manutenção da educação encontra-se na casa dos 4,2% do PIB.

Para se ter a dimensão do papel inexpressivo do governo de Lula no financiamento da educação, Pinto (2005) revela que a complementação federal de R\$ 485 milhões com o [antigo] Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), em todo o período de 2004, “correspondeu ao gasto de apenas um dia do governo federal com os encargos financeiros da União” (p. 8). E em 2007, quando se cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização do Magistério (FUNDEB), em substituição ao FUNDEF, apesar do avanço em relação ao alargamento da abrangência de atendimento – incluindo a educação infantil, a educação de jovens e adultos e o ensino médio – não realiza o aumento dos recursos financeiros compatível com o número de alunos atendidos. Enquanto o número de alunos passou de 30 milhões para 47 milhões (um aumento de 56,6%), em contrapartida, o montante do fundo passou de R\$ 35,2 bilhões para R\$ 48 bilhões, o que significou um acréscimo de apenas 36,3%, fazendo com que a renda *per capita* por aluno diminuísse (SAVIANI, 2007).<sup>9</sup>

<sup>9</sup> Isso ocorre porque os percentuais incidem apenas sobre os impostos, não atingindo as contribuições como a extinta CPMF, a Cofins e a Contribuição Social sobre o Lucro, as quais respondem por cerca de metade da carga tributária brasileira (CASTRO, 2007; PINTO, 2005). Segundo Abicalil (2010), a mudança de nomenclatura, de imposto para contribuição, foi uma manobra governista. Se os percentuais destinados constitucionalmente à educação abrangessem toda a receita tributária, haveria uma duplicação dos recursos financeiros para a área.

Quanto ao ensino superior, Leher (2005) aponta para a continuidade da política de articulação ou de parceria público-privada e o primado do privado sobre o público, bem como a ampliação da privatização e da mercadorização da educação superior. Apesar dessas continuidades, Gomes (2008) ressalta que no atual governo há uma nova formação discursiva que ressignifica a ampliação do acesso e a expansão da educação superior mediante a tematização da democratização do acesso e da justiça social por incorporar setores tradicionalmente excluídos da educação superior – população estudantil de baixa renda proveniente das escolas públicas, aí incluindo os grupos étnico-raciais. O Programa Universidade para Todos (PROUNI), por exemplo, embora permeado por esse discurso de democratização do acesso e de justiça social, se realiza com a “compra” de vagas nas instituições privadas com dinheiro público – através de isenções fiscais –, entre outras medidas.

A forma como o atual governo tem conduzido a política educacional para a juventude é um dado que não pode ser secundarizado, pois leva a população de baixa renda a se sentir contemplada por certa dose de justiça social, ao democratizar a inclusão das camadas populares no processo “formativo”, tanto no nível de ensino fundamental – através de programas como o Projovem Urbano e Projovem Trabalhador – como no superior – através do PROUNI.

De acordo com os seus formuladores, o Projovem Trabalhador foi criado com o propósito de promover oportunidades de trabalho, emprego e renda para os jovens de 18 a 24 anos, com prioridade àqueles que, em virtude de suas condições socioeconômicas, têm maior dificuldade de acesso às oportunidades de trabalho, com destaque para quilombolas e afrodescendentes, indígenas, egressos de unidades socioeducativas, em conflito com a lei, portadores de necessidades especiais, trabalhadores rurais e

jovens mães. Quanto ao Projovem Urbano, trata-se de programa originado do Projovem, executado entre 2004 e 2008, destinado, originalmente, aos jovens de 18 a 24 anos com baixa escolaridade. Uma das modificações realizadas em 2008 foi a ampliação da faixa etária, passando a atender jovens de até 29 anos.<sup>10</sup>

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2006, dos cerca de 40 milhões de jovens brasileiros de 18 a 29 anos, aproximadamente 10 milhões e meio tinham de um a sete anos de escolaridade. Considerando apenas a população urbana, são mais de 34 milhões de jovens de 18 a 29 anos e cerca de 7 milhões e meio com um a sete anos de escolaridade. Para a equipe do Projeto Pedagógico Integrado (PPI) do Projovem Urbano, elaborado pela Secretaria Nacional de Juventude, a relação dessa população com os Indicadores de Desenvolvimento Humano e Desenvolvimento Humano Educacional demonstra que, quanto mais desenvolvida e escolarizada é a população, menor o número de “excluídos”.<sup>11</sup> É em busca da redução do índice da população jovem “excluída”, determinada pelas condições de vida e pelo seu nível de escolaridade, que o programa se justifica, indo ao encontro das premissas defendidas pela Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL), para a qual a educação tem papel ativo fundamental no processo de redução das desigualdades sociais e na “inclusão social”.

No geral, os cursos oferecidos por esses Programas objetivam articular a qualificação profissional com elevação da escolaridade, visando o ingresso desses jovens no mercado de trabalho, e oportunizar “ocupações alternativas geradoras de renda”, no caso do Projovem Trabalhador (Termo de Referência, p. 2), além de “integração entre Formação Básica, Qualificação Profissional

---

<sup>10</sup> Esta ampliação se justificou pelas estimativas do IBGE para 2008 que projetaram uma população total de aproximadamente 192 milhões de brasileiros, sendo cerca de 40 milhões na faixa etária de 18 a 29 anos - o que significa um percentual estimado de 21% para a população jovem.

<sup>11</sup> No âmbito deste artigo não entraremos na discussão sobre “inclusão” e “exclusão”.

e Participação Cidadã”, fomentando experiências associativas, hábitos de cooperação, associações cívicas, solidariedade e tolerância, noções que integram a concepção de capital social de Putnam e difundidas pelos organismos internacionais.

Também é significativo o plano de expansão da rede de educação profissional, destinada a jovens e adultos trabalhadores de várias partes do país, por meio da construção de novas unidades educacionais (de 215 para 354), mais especificamente de Institutos Técnicos Federais no nível de Ensino Médio, e/ou através da extensão do número de vagas (de 215 mil para 500 mil) dos cursos já existentes, calcado na retórica da falta de trabalhadores qualificados para atender o novo ciclo de expansão da economia.

Com a retomada da agenda “desenvolvimentista” ocorre também o retorno da noção da participação, não só como possibilidade de desenvolvimento integral dos próprios jovens, mas como elemento importante para o desenvolvimento econômico e social. O estímulo à cidadania e à participação social constitui-se em um dos desafios que orientam a nova “Política Nacional de Juventude” em resposta à denominada “baixa participação política juvenil” (o que é bastante discutível) e ao comportamento político-cético deste grupo em relação às instituições políticas decorrentes dos processos gerados pela globalização. No entanto, ela vem acompanhada por certa ambiguidade: se de um lado há a percepção da importância da participação juvenil e a expectativa de seu incremento; de outro, há a permanência de certa visão negativa a respeito da participação existente e uma dificuldade de concretizar canais efetivos para a sua realização.

O Estado tem avançado sobre o campo institucional gerando uma nova administração do social e conseguindo empreender uma profunda transformação da dominação por meio de políticas sociais assistencialistas, focalizadas e compensatórias, baseadas não

mais pelo viés do trabalho e sim da renda. “Articulados” a essas políticas são introduzidos programas fundados no investimento em capital humano, no empreendedorismo e no cooperativismo, fornecedores de instrumentais de sobrevivência econômica e possibilitadores, num futuro próximo, de inserção no mercado de trabalho – formal ou informal – e da independência dessa camada da população junto ao Estado. Políticas de alívio da pobreza que, executadas de forma isolada e atacando o problema pelos seus efeitos, mantêm e realimentam as estruturas que produzem a pobreza (FRIGOTTO, 2005) e que contribuem para a desmobilização e despolitização vigentes na atualidade (MATOS, 2009); de contenção das tensões sociais, de governabilidade, de governança, de estabilidade política, condições necessárias à expansão e à acumulação do capital.

### **Considerações finais**

O ajuste da política social com a supremacia na privatização e na focalização trata a questão social de forma particularista ao enfatizar a compensação com o encaminhamento de “amenização” das mazelas sociais, nas quais a juventude tem acento prioritário. O pacto público vai sendo substituído pela naturalização da pobreza e pelo incentivo à coesão social.

O foco de atenção do governo Lula é nos jovens pobres – os “mais vulneráveis” ou em “situação de risco social”. Com isso, as definições de políticas de educação vêm se realizando mais organicamente articuladas com as políticas sociais. Traduzem as orientações dos organismos internacionais de investir no capital humano e social da juventude como mecanismos de enfrentamento da “nova pobreza”: qualificação para o trabalho simples, voltada para o mercado de trabalho formal ou informal durante ciclos econômicos expansivos ou ocupações alternativas de empreendimentos individuais ou grupais, em momentos

recessivos; formação de redes solidárias para ampliar oportunidades de trabalho e renda; espírito empreendedor e solidário, incentivo à participação política... todos cooperando com ações voltadas para aliviar a pobreza e possíveis tensões em sua comunidade ou localidade.

Sem dúvida, compartilhamos a avaliação da importância de que os jovens adquiram formas mais democráticas de diálogo, solidariedade e companheirismo, bases de uma sociedade emancipada. Entretanto, problematizamos que os valores da convivência sejam apenas comportamentais e individualistas, expressos na fórmula da tolerância; na recusa dos conflitos encaminhados na forma da luta social e negação da relação de classes, por considerar o conflito segregador e violento, inviabilizador da liberdade, da autonomia e do agir comunicativo e solidário.

Entendemos que é necessário realizar uma análise do real que capte as contradições e aponte o potencial contra-hegemônico, pois não vislumbramos a escola e os demais aparelhos privados de hegemonia como instrumentos de reprodução da ideologia dominante, mas sim como uma arena de disputas. Ainda que se identifique a base ideológica em conformidade com as orientações das principais agências multilaterais, nosso esforço é buscar as mediações que possibilitem e/ou limitem as potencialidades contra-hegemônicas.

Vimos que no governo Lula houve um crescimento significativo do número de beneficiários e dos investimentos feitos nos campos social e educacional, sobretudo no segundo mandato, após a adoção da agenda novo-desenvolvimentista. E que, no âmbito das políticas de educação, alargou a abrangência de atendimento, porém estreitou o montante de recursos financeiros para o investimento; ampliou o acesso à escolarização, porém

reduziu a qualidade do ensino com cursos ou de curta duração ou nos limites de capacitação para o mercado. E, ainda, manteve a política de parceria público-privada, o que tem levado à disputa dos recursos financeiros pelos setores privados, seja pelas ofertas de vagas, seja pelos múltiplos e fragmentados programas voltados para os jovens e adultos.

De certo, considerando as novas determinações e expressões da questão social da atualidade, é tempo de questionar as implicações desse alargamento-ampliação com restrição-contenção; de políticas educacionais “articuladas” às políticas sociais, aos setores privados e “público-privados”.

Submetido em 30 de maio de 2010 e aceito para publicação em 20 de novembro de 2010.

## Referências

ABICALIL, C. A. Construindo o Sistema Nacional Articulado de Educação. In: QUEIROZ & GOMES (Orgs.). *Conferência Nacional de Educação (Conae) 2010: reflexões sobre o Sistema Nacional Articulado de Educação e o Plano Nacional de Educação*. Brasília: INEP, 2010.

ABREU, M. M. *Serviço Social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional*. São Paulo: Cortez, 2002.

AMMANN, S. B. *A Ideologia do Desenvolvimento de Comunidade*. 9. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

AMMANN, S. B. *Participação Social*. 3. ed. São Paulo: Cortez & Moraes, 1980.

BANCO INTERNACIONAL PARA RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO (BIRD). *Luta contra a pobreza: relatório sobre o desenvolvimento mundial 2000/2001*. Washington: set. 2000.

BANCO INTERNACIONAL PARA RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO (BIRD). *Desenvolvimento e Redução da Pobreza: reflexão e perspectiva* (preparado para as Reuniões Anuais de 2004 do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional). out. 2004.

BARBOSA, N. e SOUZA, J. A. P. A inflexão do Governo Lula: política econômica, crescimento e distribuição de renda. In: SADER e GARCIA (Orgs.). *Brasil entre o passado e o futuro*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo: Boitempo, 2010. p. 57-110.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. *Termo de Referência*, 2003.

\_\_\_\_\_. Secretaria Nacional de Juventude, *Projovem Urbano/Projeto Pedagógico Integrado*, 2007.

CARCANHOLO, M. D. Dependência e superexploração da força de trabalho no desenvolvimento periférico. In: SADER & SANTOS (Coords.); MARTINS & VALENCIA (Orgs.). *A América Latina e os desafios da Globalização*. Rio de Janeiro: PUC/RJ; São Paulo: Boitempo, 2009. p. 251-264.

CASTEL, R. As transformações da questão social. In: BELFIORE-WANDERLEY M.; BÓGUS L.; YASBECK, M. (Orgs.). *Desigualdade social e a questão social*. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: EDUC, 2007. p. 235-264.

CASTEL, R. *As Metamorfoses da Questão Social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 1998.

CASTRO, J. A. de. Financiamento e gasto público na educação básica no Brasil: 1995-2005. *Educação e Sociedade*. Campinas, vol. 28, n. 100, ed. Especial, p. 857-876, out. 2007.

CHOSSUDOVSKY, M. *A Globalização da Pobreza: impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial*. São Paulo: Moderna, 1999.

FRIGOTTO, G. Brasil e a política econômico-social: entre o medo e a esperança. *Revista Observatório social de América Latina*. CLACSO, Buenos Aires, n. 14, p. 95-104, maio/ago. 2005.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. N. A política de educação profissional no governo Lula: um percurso histórico controverso. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 26, n. 92, p. 1087-1113, 2005.

FUKUYAMA, F. *Construção de Estados: governo e organização no século XXI*. Rio de Janeiro: Rocco, 2005.

GIDDENS, A. *A terceira via: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia*. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.

GOMES, A. M. As reformas políticas da Educação Superior no Brasil: avanços e recuos. In: In: Mancebo, Silva, Junior (Org.). *Reformas e Políticas: educação superior e pós-graduação no Brasil*. Campinas/SP: Editora Alínea, 2008, p. 23-52.

MANCEBO, Deise; SILVA JUNIOR, João dos Reis; OLIVEIRA, João Ferreira de. (Orgs.). *Reformas e Políticas: educação superior e pós-graduação no Brasil*. Campinas: Alínea, 2008, p. 23-52.

IAMAMOTO, M. V. Mundialização do capital, “questão social” e Serviço Social no Brasil. In: *Em pauta: teoria social e realidade contemporânea*. Rio de Janeiro: UERJ/Faculdade de Serviço Social, vol. 1, n. 21. p. 117-139, 2008.

\_\_\_\_\_. A Questão Social no Capitalismo. In: *Temporalis*. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. 2 ed. Ano 2, n. 3. Brasília/DF: ABEPSS, Gráfica Odisséia, 2004.

KLIKSBERG, B. *Repensando o Estado para o desenvolvimento social: superando dogmas e convencionalismos*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

KUENZER, A. A educação profissional nos anos 2000: a dimensão subordinada das políticas de inclusão. *Educação e Sociedade*, Campinas, vol. 27, n. 96, ed. Especial, p. 877-910, out. 2006.

LEHER, R. *Da ideologia do desenvolvimento à ideologia da globalização: a educação como estratégia do Banco Mundial para o “alívio da pobreza”*. 1998. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

LEHER, R. Educação no Governo Lula da Silva: reformas sem projeto. *Revista Adusp* (Associação dos Docentes da USP), São Paulo, n. 34, maio 2005.

MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. Livro I, vol. I. São Paulo: Ed. Victor Civita, 1983.

MATTOS, M. B. *Reorganizando em meio ao refluxo: esforços organizativos e reposicionamentos entre movimentos políticos e sociais dos*

trabalhadores durante o governo Lula. In: CONGRESSO DA LATIN AMERICAN STUDIES ASSOCIATION, 28, 2009, Brasil.

MOTTA, V. C. *Capital Social: solução para os males do capitalismo mundializado?* Rio de Janeiro, v. 34, n. 2, maio/ago., 2008, p. 26-45. (Boletim Técnico do SENAC)

NETTO, J. P. Cinco notas a propósito da questão social. In: *Temporalis*. 2 ed. ano 2, n. 3. Brasília: ABEPSS, Gráfica Odisséia, 2004, p. 9-32.

NETTO, J. P. *Capitalismo Monopolista e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 2001.

PAIM, E. S. *IIRSA: é esta a integração que nós queremos?* Disponível em: <[http://www.natbrasil.org.br/Docs/instituicoes\\_financeiras/iirsa%202003.pdf](http://www.natbrasil.org.br/Docs/instituicoes_financeiras/iirsa%202003.pdf)>. Acesso em: mai. 2010.

PEREIRA, L. C. B. *Reforma do Estado para a Cidadania: a reforma gerencial brasileira na perspectiva internacional*. 2. reimp. São Paulo: Ed. 34; Brasília: ENAP, 2002.

PINTO, J. M. R. Os números do financiamento da educação no Brasil. *Pro-posições*, v. 16, n. 3(48), set./dez. 2005.

PUTNAM, R. D. *Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna*. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

ROSANVALLON, P. *A crise do Estado-Providência*. Brasília: Ed. UnB, 1997.

SADER, E.; GARCIA (Orgs.). *Brasil entre o passado e o futuro*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo: Boitempo, 2010.

SAVIANI, D. O Plano de Desenvolvimento da Educação: análise do projeto do MEC. *Educação e Sociedade*. Campinas, v. 28, n. 100, ed. Especial, p. 1231-1255, out. 2007.

STIGLITZ, J. E. *A Globalização e seus malefícios: a promessa não-cumprida de benefícios globais*. 4. ed. São Paulo: Futura, 2003.